**ACORDO ENTRE FIADORES, COMPARTILHAMENTO DE GARANTIAS,
DIREITOS E OUTRAS AVENÇAS**

entre

**ITAÚ UNIBANCO S.A.
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
BANCO SUMITOMO MITSUI BRASILEIRO S.A.**
como Fiadores

Datado de
01 de abril de 2022

ACORDO ENTRE FIADORES, COMPARTILHAMENTO DE GARANTIAS, DIREITOS E OUTRAS AVENÇAS

O presente instrumento é celebrado entre as seguintes partes:

ITAÚ UNIBANCO S.A., instituição financeira sob a forma de sociedade por ações, com endereço na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, São Paulo/SP, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 60.701.190/0001-04, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento (“**Itaú**”);

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., instituição financeira constituída sob a forma de sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, Bloco A, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seus representantes legalmente habilitados abaixo assinados (“**Santander**”);

BANCO SUMITOMO MITSUI BRASILEIRO S.A., instituição financeira constituída sob a forma de sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 37, 11º e 12º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.518.222/0001-22, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, por seus representantes legais abaixo assinados (“**Banco Sumitomo**” e, em conjunto com o Itaú e Santander, os “**Fiadores**”).

CONSIDERANDO QUE:

- (A) Os Fiadores celebraram o Contrato de Prestação de Fiança e Outras Avenças com a Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“**Companhia**”) e a LC Energia Holding S.A., em 13 de outubro de 2021 (“**Contrato de Prestação de Fiança**”), por meio do qual os Fiadores se comprometeram, sujeito às condições precedentes ali previstas, a emitir cartas de fiança bancária, sem solidariedade entre si, observada a proporção de cada um conforme previsto no Contrato de Prestação de Fiança (“**Cartas de Fiança**”), em favor do Banco da Amazônia S.A. (“**BASA**” ou “**Credor**”) em garantia das obrigações assumidas pela Companhia na Cédula de Crédito Bancário nº 127-21/0084-4 celebrada junto ao Credor, no valor total de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) (“**Contrato de Financiamento**”);
- (B) observado o quanto disposto no Contrato de Prestação de Fiança, previamente a cada liberação de recursos pelo Credor, no âmbito do Contrato de Financiamento, a Companhia deverá apresentar Cartas de Fiança em montante igual ao desembolso solicitado (“**Operação**”);

- (C) Em garantia do cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia e/ou pela LC Energia Holding S.A. (“**Acionista**”), conforme aplicável, no Contrato de Prestação de Fiança, foram outorgadas as seguintes garantias (“**Garantias Reais**”):
- (i) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia, detidas pela Acionista, associada a todos os direitos delas decorrentes, bem como quaisquer outros títulos representativos de seu capital social que porventura venham a ser emitidos, de titularidade da Acionista, por meio da celebração, dentre outros, entre a Companhia, a Acionista e os Fiadores de um contrato de alienação fiduciária de ações (“**Contrato de Alienação Fiduciária de Ações**”); e
 - (ii) cessão fiduciária (a) da totalidade dos direitos emergentes dos (a.1) Contrato de Concessão; (a.2) CPST; e (a.3) CUST, incluindo mas não se limitando todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Companhia, incluído o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão outorgada nos termos do Contratos de Concessão, todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou da Companhia que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes dos Contrato de Concessão, CPST e CUST, ou decorrentes, a qualquer título, da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica; (b) das contas vinculadas constituídas pela Companhia para depósito dos valores mencionados neste item, objeto da cessão fiduciária aqui prevista, por meio da celebração de um contrato de cessão fiduciária de direitos entre a Companhia e os Fiadores (“**Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos**” e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, “**Instrumentos de Garantia**”).
- (D) As Garantias Reais serão compartilhadas entre os Fiadores, de acordo com os termos deste Contrato.

RESOLVEM os Fiadores firmar o presente “Acordo entre Fiadores, Compartilhamento de Garantias, Direitos e Outras Avenças” (“**Contrato**”), tendo entre si justo e acordado o que segue:

1 DEFINIÇÕES

1.1 Termos aqui utilizados iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado que lhes é atribuído neste Contrato e no Contrato de Prestação de Fiança, ainda que posteriormente ao seu uso.

1.2 Todos os termos e expressões não definidos no presente Contrato terão os mesmos significados a eles atribuídos no Contrato de Prestação de Fiança.

2 OBJETO E PROPORÇÃO

2.1 Este Contrato tem por objeto estabelecer os termos e condições a serem obrigatoriamente observados pelos Fiadores durante a vigência do Contrato de Prestação de Fiança, com relação aos seguintes temas:

- (i) recebimento, pelos Fiadores, de valores para pagamento das obrigações pecuniárias da Companhia nos termos do Contrato de Prestação de Fiança, incluindo Comissões, Valor de Reembolso, juros, reembolsos, encargos, custos, despesas judiciais e extrajudiciais ou outros valores (incluindo juros de mora e eventuais verbas indenizatórias) e despesas relacionadas à excussão dos Instrumentos de Garantia, bem como o recebimento de depósitos decorrentes da Obrigação Depósito (*cash collateral*) na hipótese prevista na Cláusula 8.2.1. do Contrato de Prestação de Fiança (“**Conta Vinculada**) (“**Obrigações Pecuniárias**”);
- (ii) deliberação pelos Fiadores sobre quaisquer matérias relacionadas ao Contrato de Prestação de Fiança, aos Instrumentos de Garantia e às Garantias Reais;
- (iii) compartilhamento do produto decorrente da excussão dos Instrumentos de Garantia de forma proporcional às respectivas Participações de cada um dos Fiadores nas Cartas de Fiança, conforme previsto na cláusula 2.2. abaixo;
- (iv) regras e procedimentos aplicáveis à execução das Cartas de Fiança e à excussão dos Instrumentos de Garantia; e
- (v) Representação dos Fiadores perante a Companhia e perante terceiros em relação ao Projeto, ao Contrato de Prestação de Garantia e aos Instrumento de Garantia.

2.1.1 Cada Fiador reconhece que fez sua própria análise e decisão de crédito de forma independente para celebrar ou aderir aos Instrumentos de Garantia, sem se basear em qualquer outra Parte. Cada Fiador também reconhece que continuará a tomar sua própria decisão de crédito, de forma independente, ao tomar ou deixar de tomar qualquer medida nos termos do Contrato de Prestação de Fiança, baseado nos documentos e informações que considerar apropriados;

2.1.2 Não obstante o disposto na Cláusula 2.1.1 acima, os Fiadores comprometem-se a envidar seus melhores esforços no sentido de apoiarem-se reciprocamente e de defenderem os interesses comuns como se fossem os seus próprios interesses, abstenendo-se, cada Fiador, da prática de atividades contrárias ao alcance do objeto indicado nesta Cláusula 2.

2.1.3 Sem prejuízo da respectiva participação, as disposições deste Contrato aplicar-se-ão igualmente a cada Fiador respeitado o disposto neste Contrato, inclusive no que se refere às decisões das Reuniões de Fiadores nos termos deste Contrato. Nesse sentido,

nenhum dos Fiadores poderá, durante a vigência deste Contrato, ter privilégio sobre qualquer outra, sejam quais forem as hipóteses ou pretextos, observadas as disposições deste Contrato.

2.2 O compartilhamento das garantias se dará de forma proporcional à respectiva participação em cada uma das Cartas de Fiança efetivamente emitidas, conforme estabelecido na Cláusula 2.1.1 do Contrato de Prestação de Fiança, conforme indicado abaixo (“Participação nas Cartas de Fiança”), observado que a respectiva Participação nas Cartas de Fiança será alterada em caso de cessão dos direitos e obrigações de cada um dos Fiadores, nos termos da Cláusula 16 abaixo:

Fiador	Limite de Garantia (R\$)	Participação (%)
Itaú	11.666.666,67	33,33%
Santander	11.666.666,66	33,33%
Banco Sumitomo	11.666.666,67	33,33%
Total	35.000.000,00	100%

2.3 Em que pese os valores estabelecidos na tabela acima, estabelecem os Fiadores que tais montantes são válidos na data de assinatura deste Contrato, sendo que a responsabilidade de cada Fiador poderá ser modificada mediante atualização das obrigações garantidas sob as Cartas de Fiança efetivamente emitidas.

2.4 Os Fiadores, por este Contrato, declaram-se fiadores conjuntos, não solidários, ativa ou passivamente, não subordinados e em igualdade de condições (*pari passu*) da Companhia, observada a respectiva Participação nas Cartas de Fiança, conforme aplicável.

3 COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS E EXECUÇÃO DAS CARTAS DE FIANÇA

3.1 Enquanto a Companhia estiver adimplente com as Obrigações Pecuniárias, os Fiadores receberão os valores pagos pela Companhia na forma prevista no Contrato de Prestação de Fiança.

3.2 Caso qualquer Fiador receba da Companhia algum pagamento em valor superior ou inferior ao que lhe era proporcional e efetivamente devido, no âmbito do Contrato de Prestação de Fiança, inclusive com relação às Comissões (“**Créditos**”), referido Fiador deverá informar tal fato aos demais, por meio de notificação nos termos da Cláusula 18 abaixo, enviada em até 3 (três) Dias Úteis contados do referido pagamento (“**Notificação de Créditos Recebidos**”), sendo certo que, no caso de recebimento de pagamentos em valor inferior ao que era proporcional e efetivamente devido, considerando a sua respectiva Participação nas Cartas de Fiança, a respectiva Notificação de Créditos Recebidos somente deverá ser enviada caso a Companhia e/ou a Acionista, conforme aplicável, não tenham sanado tal inadimplemento parcial no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data do vencimento da respectiva obrigação.

3.2.1 No prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento de uma Notificação de Créditos Recebidos, os Fiadores deverão informar aos demais os valores que foram efetivamente recebidos com relação ao pagamento objeto da Notificação de Créditos Recebidos por meio de notificação nos termos da Cláusula 18 abaixo (“**Notificação de Pagamento**”). Caso os Fiadores constatem que os pagamentos foram feitos de forma desproporcional aos Créditos efetivamente detidos por cada um, aqueles que tiverem recebido valores em proporção superior aos seus Créditos deverão compartilhá-los com os Fiadores que tiverem recebido valores em proporção inferior aos seus Créditos, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data de envio da última Notificação de Pagamento, de forma que todos recebam o pagamento na exata proporção dos respectivos Créditos, observado o disposto na Cláusula 3.2.2 e 3.8 abaixo.

3.2.2 No caso de recebimento de Valor de Reembolso (excluindo-se dessa definição as Comissões), os Fiadores que houverem honrado as respectivas Cartas de Fiança e recebido valores em proporção superior aos seus Créditos comparativamente aos valores recebidos pelos demais Fiadores que também honraram suas Cartas de Fiança (“**Fiadores Favorecidos**”) somente serão obrigados a compartilhar tais recursos com outros Fiadores que tenham sido efetivamente acionados para honrar as respectivas Cartas de Fiança, observado o previsto nas Cláusulas 3.2 e 3.2.1 acima, quanto aos procedimentos e prazos de notificação.

3.2.3 Nas hipóteses previstas nas Cláusulas 3.2.1 e 3.2.2 acima, ocorrendo descumprimento do prazo para compartilhamento dos valores recebidos em proporção superior por determinado Fiador, os valores em atraso deverão ser corrigidos pela variação de 100% (cem por cento) da Taxa DI (conforme abaixo definido) ao ano, contabilizados de forma *pro rata die* desde a data de recebimento do pagamento em valor superior ou inferior ao que lhe era proporcional e efetivamente devido até a data do efetivo compartilhamento dos recursos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

3.2.4 Para fins de cálculo do valor a que cada Fiador tem direito nos termos da Cláusula 3.2, utilizar-se-á sua Participação nas Cartas de Fiança, conforme aplicável.

3.3 Caso a Companhia seja obrigada a honrar sua Obrigação de Depósito em Conta Vinculada (*cash collateral*), nos termos da Cláusula 8.2 do Contrato de Prestação de Fiança, os Fiadores se obrigam a indicar para depósito as contas vinculadas que sejam cedidas fiduciariamente a todos os Fiadores.

3.3.1 Os valores depositados nas Contas Vinculadas poderão ser usados pelos Fiadores, na proporção de sua Participação nas Cartas de Fiança, para: (i) honrar as respectivas Cartas de Fiança, caso as mesmas sejam executadas pelo Credor; e (ii) efetuar o pagamento do Valor de Reembolso, caso as respectivas Cartas de Fiança tenham sido honradas antes da Companhia efetuar o depósito do *cash collateral* na Conta Vinculada; e/ou (iii) efetuar o pagamento das Obrigações Pecuniárias devidas no âmbito do Contrato de Prestação de Fiança e/ou dos Instrumentos de Garantia.

3.4 As transferências de recursos entre os Fiadores, nos termos das Cláusulas 3.2 e 3.3 acima, serão imputadas como pagamento efetuado pelos respectivos Fiadores por conta da Companhia, sub-rogando-se tal Fiador que ratear a parcela individualmente recebida nos direitos dos demais Fiadores perante a Companhia, em valor equivalente àqueles transferidos por tal Fiador aos demais, sendo essa sub-rogação limitada ao valor do Crédito a que faz jus o Fiador responsável pelo rateio.

3.5 Ainda que o Credor não execute as Cartas de Fiança de todos os Fiadores, e/ou as Cartas de Fiança não sejam executadas de forma proporcional às respectivas Participações nas Cartas de Fiança, os Fiadores cujas Cartas de Fiança tenham sido acionadas e não tenham sido totalmente reembolsados (“**Fiadores Acionados**”) poderão individual ou conjuntamente tomar as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, observado o disposto na Cláusula 7 abaixo, sendo certo que os valores que os Fiadores eventualmente receberem a título de execução dos Instrumentos de Garantia deverão ser compartilhados por todos os Fiadores Acionados, na proporção dos Créditos detidos por tais Fiadores Acionados, observado o disposto na Cláusula 3.7 neste Contrato.

3.6 Na eventualidade de algum Fiador vir a ser solicitado a honrar suas Cartas de Fiança, ou vir a ter expectativa razoável e justificada de que será chamado a honrar suas Cartas de Fiança, no caso em que o Credor não solicite a honra das Cartas de Fiança a todos os Fiadores, os Fiadores desde já acordam que se comprometerão a envidar seus melhores esforços para negociar com o Credor a execução das Cartas de Fiança de forma proporcional e *pari passu* aos valores de Cartas de Fiança emitidas pelos Fiadores, sem prejuízo do disposto na cláusula 3.5. acima.

3.7 Não obstante o disposto acima, caso um Fiador não tenha sido acionado, ele poderá ter a prerrogativa de participar da execução das Garantias Reais e utilizar os recursos obtidos para cumprir a Obrigação de Depósito, caso não seja realizada pela Afiançada.

4 COMPARTILHAMENTO DAS GARANTIAS E DEMAIS VALORES RECEBIDOS

4.1 Todas as Garantias Reais, bem como qualquer produto, resultado ou valor obtido com a excussão ou execução das Garantias Reais, bem como para eventuais garantias adicionais que possam vir a ser obtidas a título de reforço, serão compartilhadas entre os Fiadores em igualdade de condições e de grau, sendo que o produto da excussão dos Instrumentos de Garantia será compartilhado (*pari passu*) à sua respectiva Participação.

4.2 Todos os Instrumentos de Garantia, bem como qualquer produto, resultado ou valor obtido com sua excussão ou execução dos Instrumentos de Garantia ou do Contrato de Prestação de Fiança, ainda que o processo de excussão não tenha sido conduzido pelos Fiadores em conjunto, inclusive eventuais valores circulados em contas de livre movimentação, serão compartilhados e divididos entre os Fiadores de acordo com os respectivos créditos, de forma que todos se beneficiem de tais recursos proporcionalmente (*pari passu*) ao valor da sua respectiva

Participação.

4.3 O descumprimento, por qualquer dos Fiadores, da obrigação de compartilhar, quando aplicável, com os demais Fiadores os valores, recursos, bens, direitos ou outros benefícios recebidos na forma prevista na Cláusula acima, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do recebimento dos recursos pelos Fiadores que recebê-los, sujeitará os valores que deveriam ser compartilhados, a correção pela variação de 100% (cem por cento) da Taxa DI (conforme definido abaixo) ao ano, contabilizados de forma *pro rata die* desde a data de recebimento do pagamento em valor superior ou inferior ao que lhe era proporcional e efetivamente devido até a data do efetivo compartilhamento dos recursos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, sem prejuízo das demais medidas cabíveis aos demais Fiadores.

4.4 Caso após a assinatura do presente Contrato qualquer dos Fiadores venha a obter da Companhia (e/ou de empresas integrantes de seu grupo econômico da Companhia) garantias adicionais relacionadas às Obrigações Pecuniárias, ficará tal Fiador desde já expressa e irrevogavelmente obrigado a, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis a contar da data do seu efetivo recebimento, notificar os demais Fiadores acerca do recebimento da(s) nova(s) garantia(s) em questão; bem como a compartilhar tal(is) garantia(s) com as demais Fiadores no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da notificação prevista acima, bem como compartilhar o produto da excussão dessas novas garantias, na forma prevista na Cláusula 4.1, exceto se houver expressa renúncia de qualquer uma das demais Fiadores nesse sentido.

4.5 Nenhum dos Fiadores poderá representar outro Fiador, conforme aplicável, sem a sua prévia e expressa anuência, não existindo neste Contrato a figura de um líder.

4.6 Os pagamentos que ocorrerem tempestivamente conforme o cronograma de pagamentos das Obrigações Pecuniárias devem seguir o procedimento estabelecido no Contrato de Prestação de Fiança. Todos e quaisquer pagamentos devidos de acordo com o Contrato de Prestação de Fiança, conforme aplicável, deverão ser cobrados e recebidos nos seus respectivos termos assim como nos termos deste Contrato, sem qualquer retenção, dedução ou compensação.

5 APLICAÇÃO DE VALORES

5.1 Quaisquer quantias recebidas pelos Fiadores em decorrência da excussão ou execução dos Instrumentos de Garantia e do Contrato de Prestação de Fiança, conforme aplicável, serão utilizadas de acordo com a seguinte ordem de prioridade para pagamento, de tal forma que, uma vez liquidados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente, (i) quaisquer valores devidos pelas Companhia nos termos do Contrato de Prestação de Fiança que não sejam os valores a que se referem os itens (ii) e (iii) a seguir, inclusive os custos e despesas incorridos para execução dos Instrumentos de Garantia e do Contrato de Prestação de Fiança; (ii) Comissões, encargos moratórios e demais encargos devidos nos termos do Contrato de Prestação de Fiança; e (iii) Valor de Reembolso.

5.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.1 acima, o saldo devedor atualizado decorrente da excussão ou execução dos Instrumentos de Garantia ou do Contrato de Prestação de Fiança deverão ser recebidos por cada um dos Fiadores, conforme aplicável, de forma proporcional à sua respectiva Participação nas Cartas de Fiança.

6 TOMADA DE DECISÕES E REUNIÃO DE FIADORES

6.1 A prática, por qualquer Fiador, dos atos que dependem de prévia aprovação dos demais Fiadores dar-se-á em estrita conformidade com as manifestações e decisões proferidas em reunião entre os Fiadores ("**Reunião de Fiadores**"), convocada e realizada de acordo com as regras estabelecidas nesta Cláusula.

6.2 Após a ocorrência e durante a continuidade de inadimplemento pecuniário ou não pecuniário por parte de qualquer um dos Fiadores no âmbito deste Contrato, verificado em boa-fé pelos demais e não sanado em até 1 (um) Dia Útil contado da data de notificação escrita dos demais Fiadores, acerca do inadimplemento, a Fiador inadimplente terá automaticamente suspensos seus direitos de votar em Reuniões de Fiadores.

6.3 A Reunião de Fiadores poderá ser convocada por qualquer Fiador. Para tanto, o Fiador deverá enviar solicitação, seja por correspondência eletrônica (e-mail) ou correspondência formal a todas os demais Fiadores, nos endereços de comunicação indicados na Cláusula 18. A convocação deverá ser feita com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência, explicitando a hora, o local (se aplicável) e os assuntos a serem tratados, podendo, no entanto, este prazo ser reduzido para até 1 (um) Dia Útil caso o assunto a ser tratado precise de deliberação em caráter de urgência. Independentemente do disposto nesta Cláusula, considerar-se-á regularmente convocada a Reunião de Fiadores em que comparecerem representantes de todos os Fiadores aptos a votar, excluindo-se aqueles que tenham seu direito de votar em Reunião de Fiadores suspenso, nos termos da Cláusula 6.2 acima.

6.4 Caso qualquer Fiador tenha conhecimento da ocorrência de quaisquer das Hipóteses de Devolução da Fiança, nos termos do Contrato de Prestação de Fiança, a Parte deverá convocar

uma Reunião de Fiadores em até 1 (um) Dia Útil contado da ciência de tal evento, a ser realizada no prazo emergencial de até 1 (um) Dia Útil contado do recebimento da referida convocação.

6.5 As Reuniões de Fiadores poderão ser realizadas presencialmente, por conferências telefônicas ou videoconferências, conforme indicado por aquele que convocou a reunião, ou ainda por e-mail, caso os Fiadores se manifestem e deliberem sobre a questão por meio de correspondências eletrônicas enviadas entre os Fiadores.

6.6 Das Reuniões de Fiadores serão lavradas atas pelo Fiador que convocou a reunião, as quais, após a devida aprovação pelos demais Fiadores que compareceram à respectiva reunião, farão parte integrante deste Contrato, sendo certo que, no caso de Reunião de Fiadores realizada por conferência telefônica, videoconferência ou e-mail, a respectiva ata será lavrada e enviada aos Fiadores participantes, para sua aprovação, por e-mail.

6.7 Os quóruns de instalação das Reuniões de Fiadores deverão ser equivalentes aos quóruns de deliberação das matérias a serem discutidas na respectiva reunião.

6.8 Qualquer deliberação dependerá do voto favorável de 2/3 (dois terços) dos Fiadores, de acordo com a Participação nas Cartas de Fiança, nos termos da Cláusula 2.2 acima, sendo certo que qualquer Fiador que esteja, de forma parcial ou integral, inadimplente com qualquer de suas obrigações neste Contrato não poderá votar.

6.9 Durante toda a vigência deste Contrato os seguintes atos dependerão de aprovação unânime dos Fiadores reunidos em Reunião de Fiadores:

- (i) adoção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais para o recebimento das Obrigações Pecuniárias devidas e não pagas, incluindo a execução ou excussão, de forma conjunta ou individual, dos Instrumento de Garantia, ressalvados os casos previstos na Cláusula 7.1.1 abaixo, quando as medidas judiciais e/ou extrajudiciais poderão ser iniciadas independentemente de deliberação em Reunião de Fiadores;
- (ii) rescisão, resilição, resolução, distrato, novação ou denúncia deste Contrato;
- (iii) aditamento do Contrato de Prestação de Fiança e/ou do Contrato de Financiamento que implique em redução das Comissões devidas pela Companhia aos Fiadores, ampliação do prazo das Cartas de Fiança, do Valor Limite, ou alteração dos Instrumentos de Garantia e/ou dos demais documentos da Operação;
- (iv) antecipação de pagamentos e a majoração de taxas estabelecidas no Contrato de Prestação de Fiança e/ou no Contrato de Financiamento;
- (v) alteração, renúncia ou inclusão de novas Hipóteses de Devolução de Fiança e alteração das hipóteses de Exoneração das Fianças;
- (vi) renúncia de direitos por parte da Companhia que afete a capacidade de pagamento do

Projeto;

- (vii) alteração das condições definidas para decretação do *completion* do Projeto;
- (viii) aumento de despesas ou diminuição de receitas da Companhia que afete a capacidade de pagamento do Projeto e do cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia, exceto nos casos permitidos no Contrato de Prestação de Fiança;
- (ix) redução do valor ou alteração do prazo para pagamento de qualquer Obrigação Pecuniária, relacionada ao Contrato de Prestação de Fiança;
- (x) concessão de perdão, renúncia ou prazos adicionais para que a Companhia cumpra obrigações pecuniárias e não pecuniárias previstas neste Contrato e/ou nos Instrumentos de Garantia;
- (xi) rescisão, resilição, resolução, distrato, novação ou denúncia do Contrato de Prestação de Fiança; e
- (xii) autorização à Afiançada para realização de redução do capital social, cancelamento de adiantamentos para futuro aumento de capital, realização de mútuos em favor de seus controladores diretos e indiretos e outras formas de distribuição de recursos para seus acionistas diretos e indiretos, exceto nas hipóteses expressamente autorizadas no Contrato de Prestação de Fiança.

6.10 Qualquer Fiador poderá, independentemente de realização de Reunião de Fiadores, enviar à Companhia notificação declarando a ocorrência de uma Hipótese de Devolução da Fiança caso ocorram as seguintes hipóteses previstas nos incisos da Cláusula 8.1 do Contrato de Prestação de Fiança: (ii), (iv), (vii), (ix), (x), (xi), (xii), (xxi), (xxii), (xxxvi), (xxxv), (xxxvi), e (xl), devendo notificar imediatamente aos demais fiadores caso isso ocorra.

6.11 Observados estritamente todos os termos deste Contrato, as deliberações tomadas na Reunião de Fiadores devidamente convocada e realizada nos termos deste Contrato serão válidas e eficazes e obrigarão os Fiadores.

7 EXECUÇÃO INDIVIDUAL E EM CONJUNTO

7.1 Na hipótese de cobrança das Obrigações Pecuniárias, os Fiadores, em conjunto ou isoladamente, deverão adotar as medidas extrajudiciais cabíveis e/ou tomar providências para o ajuizamento das medidas judiciais cabíveis, visando ao recebimento do saldo devedor das Obrigações Pecuniárias (“**Medidas de Execução**”).

7.1.1 Quando (i) uma ação judicial conjunta não for processualmente possível ou não representar a melhor estratégia processual, conforme deliberado pelos Fiadores, reunidos

em Reunião de Fiadores; ou (ii) as Cartas de Fiança tiverem sido executadas pelo Credor sem observar a Participação nas Cartas de Fiança de cada Fiador, ou (iii) os Fiadores tiverem honrado as Cartas de Fiança de forma desproporcional às respectivas Participações nas Cartas de Fiança, (iv) as garantias tiverem sido executadas em violação ao disposto neste Contrato (iv) as Cartas de Fiança tiverem sido executadas apenas de um Fiador, (v) houver dissidência de uma das partes, poderão ser propostas ações individuais e/ou ações em conjunto pelo(s) Fiador(es) que houver(em) sido executado(s) e/ou pela Parte dissidente(s), a critério individual de tais Fiadores, mas sempre obedecendo ao compartilhamento aqui disciplinado.

7.1.2 Diante da ocorrência do disposto na Cláusula 7.1.1, acima, o Fiador que decidir propor Medidas de Execução individualmente deverá, com pelo menos 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da efetiva propositura da respectiva Medida de Execução, notificar os demais Fiadores sobre sua intenção de propor tal Medida de Execução individualmente.

7.2 As Medidas de Execução serão tomadas mediante propositura de uma ou mais medidas judiciais e/ou extrajudiciais, de acordo com a melhor estratégia processual, patrocinada por um ou mais escritórios de advocacia, escolhidos pelos Fiadores e que representarão os interesses de todos os Fiadores de maneira conjunta, em juízo e fora dele, exceto nos casos em que houver a propositura de ações individuais pelos Fiadores. Referidos escritórios de advocacia deverão ser escolhidos pelos Fiadores, de maneira unânime, dentro do prazo a ser estipulado na mesma Reunião de Fiadores que deliberar pela adoção de Medidas de Execução. Cada um dos Fiadores, em manifestação motivada, poderá exercer o direito de veto ao(s) assessor(es) legal(is) eleito(s) em até 3 (três) oportunidades, podendo indicar novos escritórios até que não haja veto pelo outro Fiador. Será rejeitado o veto não motivado ou aquele fundamentado por aspectos pecuniários relativos à contratação do(s) escritório(s), custos e despesas judiciais.

7.3 Os Fiadores ratearão, de forma proporcional à sua Participação nas Cartas de Fiança, as despesas incorridas com Medidas de Execução realizadas em conjunto, incluindo-se despesas com a excussão de quaisquer dos Instrumentos de Garantia, os honorários e despesas dos escritórios de advocacia e de eventuais terceiros contratados para os fins previstos nesta Cláusula 7, observado o disposto no Contrato de Prestação de Fiança e nos demais documentos da Operação em relação ao reembolso de despesas pela Companhia.

7.4 Os Fiadores deverão outorgar procuração aos escritórios de advocacia eleitos para patrocinar a ação executiva conjunta, no prazo estabelecido na Reunião de Fiadores que houver deliberado sobre a eleição de tais escritórios de advocacia.

7.4.1 A procuração deverá outorgar poderes *ad judicia* para representação do Fiador em questão em todas as medidas relacionadas à execução e cobrança dos créditos inadimplidos.

7.4.2 Caso qualquer dos Fiadores não entregue em tempo hábil a documentação, ou não realize em tempo hábil o pagamento de custas, eventuais adiantamentos de honorários e outras verbas necessárias ou convenientes para que os escritórios proponham a referida Medida

de Execução, fica desde já ajustado que se dará prosseguimento à Medida de Execução, salvo na hipótese de qualquer dos Fiadores, expressamente, renunciar ao direito de ajuizar as Medidas de Execução cabíveis, cabendo ao Fiador que adiantar os recursos necessários ao ajuizamento o direito de deduzir tais valores, do crédito pertencente ao qualquer outro Fiador que não participou do rateio das custas, honorários ou outras verbas, tais valores adiantados, devidamente acrescidos de 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”) somado a 2,0% (dois pontos percentuais), do crédito pertencente aos demais Fiadores que não participaram do rateio das custas ou outras verbas.

7.5 Todo e qualquer numerário, bem, direito ou outro benefício que qualquer um dos Fiadores venha a receber por conta de eventual excussão dos Instrumentos de Garantia ou execução do Contrato de Prestação de Fiança será compartilhado entre todos os Fiadores de acordo com a Participação.

8 EXECUÇÃO ESPECÍFICA

8.1 Este Contrato constitui título executivo extrajudicial nos termos do inciso III do artigo 784 do Código de Processo Civil, reconhecendo aos Fiadores desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas neste Contrato poderão ser objeto de execução específica por iniciativa dos Fiadores, nos termos do disposto nos artigos 497, 498, 501, 806 e 815 da Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada (Código de Processo Civil), sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes do presente Contrato.

8.2 Os Fiadores declaram, mútua e expressamente, que este Contrato foi celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando seus sucessores a qualquer título e respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade dos Fiadores e em perfeita relação de equidade.

9 AUSÊNCIA DE RENÚNCIA OU NOVAÇÃO

9.1 Nenhuma ação ou omissão de quaisquer dos Fiadores importará em renúncia de seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo, nem significará novação de quaisquer das obrigações decorrentes do presente Contrato. Os direitos e recursos previstos neste Contrato são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente, conforme o caso, e não excluem quaisquer outros direitos ou recursos previstos em lei.

10 INDEPENDÊNCIA DOS ITENS E DAS CLÁUSULAS

10.1 Se qualquer item ou cláusula deste Contrato vier a ser considerado ilegal, inexequível ou, por qualquer motivo, ineficaz, todos os demais itens e cláusulas permanecerão plenamente válidos e eficazes. Os Fiadores desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, item ou cláusula que, conforme o caso, venha a substituir o item ou cláusula ilegal, inexequível ou ineficaz. Em tal negociação deverá ser considerado o objetivo dos Fiadores na data de assinatura deste Contrato, bem como o contexto no qual o item ou cláusula ilegal, inexequível ou ineficaz foi inserido.

11 SUCESSÃO

11.1 O presente Contrato obriga tanto os Fiadores quanto seus respectivos cessionários e sucessores, a qualquer título.

12 ALTERAÇÕES

12.1 O presente Contrato somente poderá ser alterado por acordo escrito, devidamente assinado pelos Fiadores.

13 ADERÊNCIA

13.1 Caso qualquer dos Fiadores venha a celebrar um novo contrato de prestação de fiança com a Afiançada no âmbito deste Projeto (“**Novo CPG**”), tal Fiador se compromete a aderir ao presente Contrato a fim de regular a sua relação com o restante dos Fiadores de forma a, dentre outros assuntos, uniformizar os quóruns para excussão da garantia e hipótese de devolução antecipada.

14 VIGÊNCIA

14.1 O presente Contrato entra em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em pleno vigor e efeito até o cumprimento integral de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Prestação de Fiança e dos Instrumentos de Garantia.

14.2 Nenhum Fiador poderá resilir este Contrato, exceto com a expressa e prévia anuência de todos os demais Fiadores.

15 REPRESENTANTES

15.1 Ficam indicadas, pelos Fiadores, as pessoas listadas na Cláusula 18 deste Contrato como seus representantes, devidamente habilitados, com poderes bastantes para receber, isoladamente

ou em conjunto, correspondências e documentos relacionados com este Contrato, emitindo o pertinente comprovante de recebimento.

16 CESSÃO

16.1 Caso qualquer dos Fiadores ceda seus direitos e obrigações nos termos do Contrato de Prestação de Fiança, sub-rogar-se-á o cessionário, automaticamente, nos direitos e obrigações decorrentes do presente Contrato, ficando (i) o Fiador cedente obrigado a notificar aos outros Fiadores a respeito da referida cessão; e (ii) o novo Fiador que vier a integrar o grupo de Fiadores sujeito às mesmas regras e condições estabelecidas neste Contrato, devendo celebrar um termo de adesão ao presente instrumento nos moldes do **Anexo I** deste Contrato, sem o qual a cessão estará vedada para todos os fins de direito.

16.2 Caso qualquer dos Fiadores venha a celebrar um novo contrato de garantia que venha a ser compartilhada no âmbito dos Contratos Garantidos (“**Novo Contrato de Garantia**”), o referido Fiador se compromete a aderir ao presente Contrato, por meio de aditamento, a fim de regular a sua relação com o restante dos Fiadores, nos termos do presente Contrato.

17 EFICÁCIA

17.1 O presente Contrato será eficaz até o total adimplemento de todas as obrigações da Companhia decorrentes do Contrato de Prestação de Fiança.

17.2 Nenhum Fiador poderá resilir este Contrato, exceto com a expressa e prévia anuência de todas os demais Fiadores.

18 NOTIFICAÇÕES E ENDEREÇOS

18.1 Todas e quaisquer notificações ou quaisquer outras comunicações exigidas ou permitidas nos termos deste Contrato serão realizadas por escrito, mediante entrega pessoal, por fac-símile, mensagem eletrônica (e-mail), serviço de entrega especial ou carta registrada, sempre com comprovante de recebimento, endereçada aos Fiadores pertinente em seu respectivo endereço conforme indicado abaixo, ou em outro endereço conforme tal Parte possa informar aos outros Fiadores por meio de notificação.

- a) Se para o Itaú:
Itaú Unibanco S.A.
CA Tatuapé
Rua Santa Virginia, 299 – Tatuapé
CEP: 03084-000
São Paulo, SP

At: Bruno Chumiski Pinto
Tel.: (11) 95650-2493
e-mail: bruno.chumiski-pinto@itau-unibanco.com.br

b) Se para o Santander:

Banco Santander (Brasil) S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 e 2235, 24º andar
São Paulo, SP

At.: Sr(a). Luis Fernando Almeida Oliveira / Júlio Meirelles

Tel.: (11) 9425-81292 / (11) 3553-0076

e-mail: lloliveira@santander.com.br / julio.meirelles@santander.com.br

c) Se para o Banco Sumitomo:

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

Av. Paulista, 37 - 11º andar, São Paulo, SP | CEP: 01311-902

At.: Julio Brunetti / Marcos Correa

Tel.: (11) 3178-8015 / (11) 3178-8063

e-mail: julio_brunetti@smbcgroup.com.br / marcos_correa@smbcgroup.com.br

18.2 As comunicações efetuadas no âmbito deste Contrato considerar-se-ão realizadas na data do respectivo recebimento ou, se fora das horas normais de expediente, no Dia Útil imediatamente seguinte, conforme comprovados por meio de recibo assinado pelo destinatário, da entrega da notificação judicial ou extrajudicial ou, no caso de envio por fax ou entrega de correspondência, por meio do relatório de transmissão ou comprovante de entrega.

18.2.1 As comunicações realizadas por mensagem eletrônica (e-mail), nos endereços eletrônicos indicados acima, serão válidas e consideradas entregues na data do recebimento das mesmas ou, se fora das horas normais de expediente, no Dia Útil imediatamente seguinte, desde que o remetente receba resposta do destinatário.

18.3 Qualquer alteração no endereço, número de fac-símile ou nome do departamento a quem é dirigida a notificação/comunicação de qualquer dos Fiadores deverá ser informada aos demais Fiadores, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da sua ocorrência.

19 ASSINATURA DIGITAL.

19.1 As Partes reconhecem que as declarações de vontade das Partes contratantes mediante assinatura digital presumem-se verdadeiras em relação aos signatários quando é utilizado o processo de certificação disponibilizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, conforme admitido pelo art. 10 e seus parágrafos da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, em vigor no Brasil, reconhecendo essa forma de contratação em meio eletrônico, digital e informático como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito. Na forma acima prevista, o presente Contrato pode ser assinados digitalmente por meio eletrônico conforme disposto nesta Cláusula.

20 LEI APLICÁVEL E FORO

20.1 O presente Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

20.2 Para dirimir todas e quaisquer dúvidas e/ou controvérsias oriundas deste Contrato, fica desde já eleito o foro da Cidade de São Paulo, com exclusão de quaisquer outros, por mais privilegiado que sejam.

E, por estarem justas e contratadas, os Fiadores firmam este Contrato perante as testemunhas ao final assinadas e qualificadas.

São Paulo, 01 de abril de 2022.

(As assinaturas se encontram nas páginas seguintes)

(O restante desta página foi intencionalmente deixado em branco.)

Página de assinaturas 1/4 do Acordo entre Fiadores, Compartilhamento de Garantias, Direitos e Outras Avenças celebrado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., e Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.,

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Nome: Joyce Silveira Dias Nunes
CPF: 345.148.608-32
jsdias@itaubba.com

Nome: Victor Alencar Pereira
CPF: 316.935.038-24
victor.pereira@itaubba.com

Página de assinaturas 2/4 do Acordo entre Fiadores, Compartilhamento de Garantias, Direitos e Outras Avenças celebrado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., e Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Nome: Eliana Dozol
CPF: 277.460.768-07
edozol@santander.com.br

Nome: Ricardo da Silva Fernandes
CPF: 301.653.398-70
ricardo.da.silva.fernandes@santander.com.br

Página de Página de assinaturas 3/4 do Acordo entre Fiadores, Compartilhamento de Garantias, Direitos e Outras Avenças celebrado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

BANCO SUMITOMO MITSUI BRASILEIRO S.A.

Nome: Andréia Savioli Martinez
CPF: 226.478.008-80
andreaia_martinez@smbcgroup.com.br

Nome: Graziela Del Col Folla
CPF: 282.380.188-03
graziela_folla@smbcgroup.com.br

Página de assinaturas 4/4 do Acordo entre Fiadores, Compartilhamento de Garantias, Direitos e Outras Avenças celebrado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., e Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

Testemunhas:

1 - _____

Nome: Roberto Gandara Gregorio

CPF: 110.660.008-83

rggregorio@santander.com.br

2 - _____

Nome: Augusto Cesar Siqueira

CPF: 308.788.868-00

augusto.siqueira@santander.com.br

ANEXO I
MODELO DE TERMO DE ADESÃO AO CONTRATO ENTRE FIADORES,
COMPARTILHAMENTOS DE GARANTIAS E OUTRAS AVENÇAS

TERMO DE ADESÃO AO ACORDO ENTRE FIADORES, COMPARTILHAMENTO
DE GARANTIAS, DIREITOS E OUTRAS AVENÇAS

O presente termo de adesão (“**Termo de Adesão**”) é firmado por:

[**BANCO**], instituição financeira constituída sob a forma de [*típo societário*], com sede na Cidade de [=], Estado [=], na [=], nº [=], bairro [=], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [=], neste ato representada na forma de seu [Contrato Social/Estatuto Social], por seus representantes legalmente habilitados abaixo assinados (“**Cessionário**”);

1. O presente Termo de Adesão faz referência ao “Acordo entre Fiadores, Compartilhamento de Garantias, Direitos e Outras Avenças” celebrado em [•] (“**Contrato entre Fiadores**”) entre Itaú Unibanco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A (“**Fiadores**”).
2. Em [*data*], mediante celebração de instrumento particular, o [-] cedeu em favor do Cessionário os seus direitos creditórios decorrentes do Contrato entre Fiadores, nos termos dos artigos 286 e seguintes da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (Código Civil).
3. Nesse sentido, por meio do presente Termo de Adesão, o Cessionário declara aderir de forma integral, irrestrita, em caráter irrevogável e irretroatável, aos termos e condições estabelecidos no âmbito do Contrato entre Fiadores, de acordo com os termos de tal instrumento e para todos os fins ali previstos, obrigando-se a respeitar e cumprir fielmente as suas cláusulas, assumindo todos os direitos e obrigações delas decorrentes, não podendo alegar, por qualquer motivo, o desconhecimento de seus termos e condições.
4. Ficam incorporadas a este Termo de Adesão, com a mesma força e efeito, como se aqui estivessem transcritas, todas as cláusulas e condições do Contrato entre Fiadores, o qual o Cessionário declara ter recebido, lido previamente, compreendido e concordado com todos os termos, cláusulas e condições.
5. Para efeitos do presente Termo de Adesão aplicam-se todas as definições contidas no Contrato entre Fiadores.
6. O presente Termo de Adesão é parte integrante e inseparável do Contrato entre, sendo certo que quaisquer alterações dos termos do Contrato entre Fiadores somente serão válidas caso

sejam realizadas por meio de aditamento escrito e assinado pelos representantes legais dos Fiadores e do Cessionário.

7. Os Fiadores expressamente reconhecem e concordam com os termos deste Termo de Adesão, em especial com o item 6 acima, por meio de “de acordo” aposto ao final deste Termo de Adesão.
8. Este Termo de Adesão é firmado em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas ao final assinadas e qualificadas, para que produza os devidos efeitos de fato e de direito.

[Local e Data]

CESSIONÁRIO:

[BANCO]

Por:

Cargo:

Por:

Cargo:

FIADORES:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

BANCO SUMITOMO MITSUI BRASILEIRO S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Testemunhas:

Nome:
RG:

Nome:
RG: